

COMPLEMENTO – BOLETIM DE ANÁLISE DE CONJUNTURA

Nº 03 | DATA: AGOSTO DE 2026 | PRODUÇÃO: INTELIGÊNCIA SINDICAL

A CONJUNTURA NAS PESQUISAS: OPINIÃO PÚBLICA, IDEOLOGIA E DISPUTA POLÍTICA NO BRASIL EM 2026

O Caderno complementar ao Boletim de Análise de Conjuntura — BAC nº 3

APRESENTAÇÃO

Este caderno foi produzido pela [Inteligência Sindical](https://www.inteligenciasindical.com) e analisa sete pesquisas de opinião pública reunidas para a elaboração do BAC nº 3 ([Boletim de Análise de Conjuntura](#)), com análise concluída em 05 de agosto de 2026. Seis pesquisas, entre os meses de junho e julho de 2026, do Instituto Datafolha examinam avaliação governamental, perfil ideológico brasileiro, intenção de voto, influência sobre o voto, fatos envolvendo Jair Bolsonaro e a sobretaxação imposta pelos Estados Unidos. O relatório do Instituto Conhecimento Liberta (ICL), produzido pela Ágora Consultores (novembro de 2025), organiza a população em seis comunidades de sentido, o que contribui para o desenvolvimento da pesquisa.

O objetivo é reconstruir relações entre avaliação, ideologia e disputa política sem reduzir a conjuntura à sucessão presidencial. As pesquisas registram dimensões diferentes: julgamento do governo federal, aprovação do presidente, disposições ideológicas, intenção e rejeição de voto, atitudes diante de medidas judiciais, interpretação do conflito comercial e

mediações declaradas da decisão eleitoral. Este caderno não soma indicadores heterogêneos nem atribui causalidade a tabelas bivariadas, apenas propõem relações de interpretação que possam contribuir para o entendimento da correlação de forças políticas e ideológicas do momento atual.

A exposição foi concebida para sindicalistas, público prioritário da Inteligência Sindical, mas poderá ser utilizada por outros setores organizados. Resultados amostrais são tratados como fotografias situadas; diferenças pequenas são lidas à luz das margens de erro; associações não são confundidas com determinação causal; e interpretações teóricas são explicitadas como hipóteses. Os dados primários estão restritos às pesquisas indicadas.

Nosso ponto de partida é que toda conjuntura apresenta uma unidade complexa de contradições, e neste momento pode ser sistematizada da seguinte maneira: **Lula lidera eleitoralmente e conserva aprovação pessoal maior que a avaliação positiva do governo; a direita supera a esquerda na matriz ideológica geral, embora posições econômicas de esquerda permaneçam majoritárias; e amplas parcelas combinam proteção social, autoridade, crítica institucional e baixa cristalização partidária.** Essas relações delimitam uma correlação de forças aberta, mas não autorizam previsão eleitoral, apenas situam o quadro imediato do momento pré-eleitoral.

1. METODOLOGIA

1.1 Base de dados

As cinco pesquisas temáticas do Datafolha realizadas em 22 e 23 de julho integram a mesma rodada: 2.004 entrevistas pessoais com eleitores de 16 anos ou mais, em 139 municípios, margem de erro geral de dois pontos percentuais e 95% de confiança (registro TSE BR-01166/2026). A matriz ideológica foi levantada em 17 e 18 de junho, com desenho equivalente e registro BR-09956/2026. A margem de erro cresce nos subgrupos: chega, por exemplo, a seis pontos entre jovens de 16 a 24 anos e a treze pontos na renda superior a dez salários mínimos em julho.

O ICL/Ágora realizou painel on-line com 9.497 pessoas maiores de 16 anos, entre 17 e 23 de novembro de 2025, amostra estratificada por estado e ponderada por sexo, idade, escolaridade e área; a margem declarada é de um ponto percentual. A clusterização (divisão por grupos de sentidos) emprega mais de cem variáveis, não se tratando de classes sociais, eleitorados fixos ou identidades naturais: são construções analíticas baseadas em padrões de respostas.

A comparação é relacional. Dados da mesma rodada Datafolha podem ser articulados porque compartilham amostra, campo e cortes; ainda assim, sem microdados disponíveis, não foi possível saber quantos indivíduos acumulam respostas específicas. Já o ICL difere em data, coleta e construção do objeto. Suas comunidades ajudam a interpretar combinações ideológicas, mas não podem ser imputadas aos entrevistados do Datafolha.

Fonte/tema	Campo	Casos/técnica	Uso analítico
Datafolha — matriz ideológica	17-18 jun. 2026	2.004; presencial	Escalas geral, comportamental e econômica
Datafolha — rodada de julho (5 relatórios)	22-23 jul. 2026	2.004; presencial	Governo, eleição, voto, Bolsonaro e tarifas
ICL/Ágora — comunidades de sentido	17-23 nov. 2025	9.497; painel on-line	Combinações de valores e opiniões

Fonte: elaboração própria com base em Datafolha (2026a-f) e ICL; Ágora Consultores (2025).

1.2 Fundamentos da Análise de Conjuntura Crítica

A análise presente no caderno parte da distinção entre objeto real e objeto de conhecimento. A sociedade brasileira não chega às pesquisas como totalidade imediatamente transparente: questionários, alternativas, escalas e procedimentos estatísticos produzem objetos determinados. “Direita”, “esquerda”, “regular” e “comunidade de sentido” resultam de operações distintas. O rigor exige examinar como cada categoria foi construída antes de relacioná-la às demais.

A noção de ideologia aqui não se reduz a falsa consciência, designa a relação imaginária — materializada em práticas e aparelhos — dos sujeitos com suas condições reais de existência. Assim, uma pessoa pode defender direitos trabalhistas, desejar menor dependência de benefícios, apoiar atuação estatal na economia e sustentar posições punitivas. A combinação contraditória não pode ser tratada como ruído, ela revela interpelações diversas que se articulam numa unidade provisória no pensamento das pessoas, assim, as pessoas reais, são necessariamente contraditórias.

A análise aqui impede derivar a opinião diretamente da renda, da ocupação ou da religião. A contradição capital-trabalho permanece estrutural, mas produz efeitos políticos sob formas historicamente específicas, mediadas por Estado, igrejas, famílias, meios de comunicação, redes digitais, partidos e organizações coletivas. Os dados permitem observar associações; a explicação de seus mecanismos exige outras fontes.

Três regras orientam o caderno: percentuais são apresentados como resultados medidos; convergências entre levantamentos são tratadas como relações ou compatibilidades; e explicações são indicadas como hipóteses. A teoria não substitui o material empírico, mas disciplina a passagem entre a resposta imediata e a reconstrução analítica da conjuntura.

2. GOVERNO LULA: ESTABILIDADE CRÍTICA E VÍNCULO PRESIDENCIAL

Em julho, 32% classificavam o governo como ótimo ou bom, 28% como regular e 38% como ruim ou péssimo. Entretanto, 49% aprovaram o trabalho de Lula e 48% o desaprovaram. A diferença de um ponto está dentro da margem de erro. O dado substantivo é a não equivalência entre os indicadores: entre quem avaliava o governo como regular, 59% aprovavam o presidente e 34% o desaprovavam (DATAFOLHA, 2026a).

Entre maio e julho, ótimo/bom permaneceu em 32% e ruim/péssimo em 38%. A aprovação passou de 45% para 49%, enquanto a desaprovação recuou de 51% para 48%. O movimento sugere recuperação limitada do vínculo pessoal com o presidente, mas não uma reversão consolidada da avaliação governamental. **A figura de Lula e o desempenho da administração constituem objetos políticos relacionados, porém diferentes.**

As fraturas sociais excedem a pequena diferença nacional, a aprovação do governo alcançava 63% entre pessoas com ensino fundamental e no Nordeste, 58% na renda de até dois salários mínimos e 56% entre católicos. Caí a 39% entre pessoas com ensino superior, moradores do Sul e na renda de cinco a dez salários, e a 37% entre evangélicos. Entre os assalariados registrados, 40% aprovam e 55% desaprovam; entre os sem registro, 51% aprovam e 46% desaprovam.

A hipótese que apresentamos é que o vínculo com Lula condensa memórias, identificações e expectativas que não se esgotam na avaliação administrativa. Isso não é demonstrado pelo questionário, mas é compatível com a diferença observada, a categoria “regular” deve ser lida como **espaço heterogêneo de apoio crítico, e não como centro partidário ou reserva eleitoral automática.**

Indicador	Total	Até 2 SM	Fundamental	Nordeste	Evangélicos	Assal. registrados
Ótimo/bom	32%	39%	46%	45%	22%	25%
Ruim/péssimo	38%	30%	26%	27%	51%	44%
Aprova Lula	49%	58%	63%	63%	37%	40%
Desaprova Lula	48%	39%	35%	34%	61%	55%

Fonte: Datafolha (2026a). Margens dos subgrupos superiores à margem geral.

3. IDEOLOGIA: DIREITA GERAL, ESQUERDA ECONÔMICA E COMBINAÇÕES CONTRADITÓRIAS

A matriz **Datafolha** classifica **44% na direita ou centro-direita, 39% na esquerda ou centro-esquerda e 17% no centro**. A vantagem da direita nasce sobretudo nos temas comportamentais: 52% à direita, 29% à esquerda e 20% ao centro. Nos temas econômicos, a relação se inverte: 45% ficam à esquerda, 28% à direita e 26% no centro (DATAFOLHA, 2026b). A sociedade não se organiza ideologicamente de maneira linear e completamente coerente do tipo Esquerda - Centro - Direita, mas por uma rede complexa de interseções ideológicas, que convivem contraditoriamente em uma totalidade.

As respostas exemplificam essa composição. Setenta e um por cento atribuem ao governo a responsabilidade principal por investir e fazer a economia crescer; 56% defendem as leis trabalhistas como proteção a ser ampliada. Ao mesmo tempo, 70% preferem punir adolescentes infratores como adultos, 64% atribuem a criminalidade à maldade individual e **55% consideram que sindicatos “fazem mais política” do que defender os trabalhadores, contra 40% que reconhecem a importância defensiva do sindicatos.**

O ICL/Ágora chega a resultado convergente por outro método, o da construção de **clusters [1]**. “Direita de Ordem e Autoridade” é um grupo social que reúne 30% e “Direita Liberal Crítica”, defensores do neoliberalismo, 4%; “Esquerda Urbana Progressista” soma 15% e “Esquerda Popular Solidária”, 11%. Entre os polos, “Centro em Dúvida e Contradição” alcança 26% e “Populares por Proteção e Ordem”, 13%. Estes 39% combinam demandas que escalas lineares tendem a separar.

Os levantamentos das duas pesquisas não são numericamente intercambiáveis, mas compartilham um aspecto relevante: **posições econômicas favoráveis ao Estado e à proteção social coexistem com conservadorismo punitivo, desconfiança institucional e valorização da autonomia individual.** Em termos analíticos, problemáticas distintas interpelam os mesmos sujeitos, sem produzir consciência uniforme, como destacamos anteriormente.

Construção	Direita	Centro/contraditórios	Esquerda
Total (Datafolha)I	44%	17%	39%
Comportamento (Datafolha)	52%	20%	29%
Economia (Datafolha)	28%	26%	45%
Comunidades de Sentido (ICL/Ágora)	34%	39%	26%

Fonte: Datafolha (2026b) e ICL; Ágora Consultores (2025). Os somatórios podem variar por arredondamento.

5. ELEIÇÃO DE 2026: LIDERANÇA, REJEIÇÃO E BAIXA CRISTALIZAÇÃO

No cenário estimulado mais amplo, Lula registrava 40% e Flávio Bolsonaro, 32%; os demais candidatos alcançavam no máximo 4%. Em segundo turno, Lula aparecia com 48% e Flávio com 43%, diferença de cinco pontos. Na pergunta espontânea, Lula era citado por 30%, Flávio por 17% e 37% não mencionaram candidato. A liderança de Lula estava consolidada naquele momento, mas a espontânea revelava baixa cristalização de parcela extensa do eleitorado (DATAFOLHA, 2026c).

Lula e Flávio também concentravam rejeição: 46% e 48%, respectivamente. A disputa se estrutura entre candidaturas fortes e simultaneamente rejeitadas. **A vantagem de Lula foi maior entre pessoas de 60 anos ou mais, ensino fundamental, renda de até dois salários mínimos, Nordeste e católicos. Flávio liderava entre 35 e 44 anos, renda de dois a dez salários, evangélicos e empresários.**

Entre quem avaliava o governo como regular, Lula venceria o segundo turno por 56% a 31%. **Esse resultado confirma que a avaliação administrativa intermediária não equivale a neutralidade eleitoral.**

Entre mulheres, 45% não citavam candidato espontaneamente, ante 28% dos homens; entre jovens, eram 46%; entre não alinhados a petismo e bolsonarismo, 53%.

A relação entre voto e ideologia é desigual como veremos:

1. os 40% de intenções de voto em Lula no primeiro turno ultrapassam os 26% dos dois grupos de esquerda identificados na pesquisa do ICL/Ágora;
2. os 32% que declaram voto em Flávio aproximavam-se dos 34% equivalentes aos dois setores de direitas da pesquisa do ICL/Ágora, sem que isso prove identidade entre amostras.

Importante considerar ainda que coalizões eleitorais condensam apoios, rejeições e cálculos que excedem a adesão ideológica coerente.

Indicador eleitoral	Lula	Flávio Bolsonaro	Outros/sem definição
1º turno estimulado	40%	32%	28%
2º turno	48%	43%	9%
Espontânea	30%	17%	53%
Rejeição	46%	48%	—

Fonte: Datafolha (2026c). “Outros/sem definição” é soma residual elaborada apenas para apresentação.

6. BOLSONARO, JUSTIÇA E LIMITES DA POLARIZAÇÃO

A pesquisa (julho/2026) sobre Jair Bolsonaro apresenta maioria favorável à manutenção da prisão domiciliar por razões humanitárias: 59%, contra 35% que defendiam o retorno à prisão. Também 62% apoiavam a proibição de uso das redes sociais durante a prisão domiciliar, e 35% eram contrários. Esses resultados não configuram simplesmente apoio ou oposição ao ex-presidente: combinam aceitação de medida humanitária com concordância majoritária quanto à restrição comunicacional (DATAFOLHA, 2026e).

- As clivagens partidárias e religiosas eram intensas. O cumprimento domiciliar era defendido por 90% dos eleitores de Flávio e 34% dos eleitores de Lula; entre evangélicos, 73%, e entre católicos, 57%. A proibição das redes alcançava 87% entre eleitores de Lula e 31% entre eleitores de Flávio; 66% entre mulheres e 58% entre homens; 71% entre jovens.

- Em sentido distinto, 59% avaliaram que Alexandre de Moraes agiu mal ao proibir Flávio Bolsonaro de visitar o pai por 90 dias, enquanto 36% consideraram que agiu bem. Logo, o respaldo a restrições específicas impostas a Jair Bolsonaro não se converteu em autorização irrestrita às decisões do ministro. Há diferenciação pública entre medidas, ainda que o enquadramento das perguntas deva ser considerado.

A informação relevante para a conjuntura é a **polarização seletiva**. Identificações políticas estruturam fortemente as respostas, mas não eliminam juízos específicos sobre proporcionalidade, humanidade e comunicação. A ideologia atua como campo organizado de interpretação; não como comando que produz respostas idênticas a todos os acontecimentos.

Questão	Posição majoritária	%	Posição minoritária	%
Local de cumprimento	Prisão domiciliar	59	Retorno à prisão	35
Uso de redes sociais	Proibir	62	Permitir	35
Proibição de visitas	Moraes agiu mal	59	Moraes agiu bem	36

Fonte: Datafolha (2026e).

7. TARIFAÇO: INGERÊNCIA EXTERNA, COBRANÇA INTERNA E NEGOCIAÇÃO

Na pesquisa de julho de 2026 sobre o “Tarifaço de Trump”, 63% declararam conhecer a sobretaxação estadunidense, mas apenas 25% se julgavam bem informados. A desigualdade informacional foi expressiva: conhecimento de 95% acima de dez salários mínimos e 54% até dois salários; 83% no ensino superior e 50% no fundamental; 70% entre homens e 57% entre mulheres (DATAFOLHA, 2026f).

Quando solicitada uma **responsabilidade principal** sobre o “Tarifaço”, 35% indicaram Lula, 28% Donald Trump, 13% Flávio Bolsonaro e 10% Eduardo Bolsonaro. Em pergunta distinta, **52% reconheceram que Trump agia para beneficiar a candidatura de Flávio**. Se somarmos as parcelas que atribuem a responsabilidade principal a atores de direita (Trump + Flávio + Eduardo Bolsonaro) temos 51% dos entrevistados. Com relação ao presidente, não há contradição lógica necessária: um entrevistado pode perceber ingerência externa e, simultaneamente, responsabilizar o governo brasileiro por não a evitar ou enfrentar adequadamente.

A interpretação é reforçada por dois resultados: 51% consideravam que Lula fez menos do que deveria na negociação, mas somente 26% davam mais razão a Flávio; 34% davam razão a Lula, 24% a nenhum e 11% a ambos. **A crítica ao governo não se converte automaticamente em adesão ao enquadramento bolsonarista.**

O resultado mais transversal era a preferência por negociação: 74% dos entrevistados, inclusive 71% dos eleitores de Lula e 80% dos de Flávio. 17% defendiam taxaço equivalente e **apenas 2% aceitariam todas as condições estadunidenses**. A opinião pública articula reconhecimento da pressão externa, cobrança de eficácia governamental e rejeição tanto da submissão quanto da escalada imediata do conflito.

Dimensão	Resultado principal	Leitura restrita ao dado
Informação	63% conhecem; 25% bem informados	Conhecimento socialmente desigual
Responsável principal	Lula 35%; Trump 28%; Flávio 13%; Eduardo 10%	A pergunta exige um nome
Finalidade eleitoral	52% veem benefício a Flávio	Percepção de ingerência majoritária
Atuação de Lula	51%: fez menos que deveria	Cobrança não equivale a adesão a Flávio
Resposta brasileira	74% defendem negociação	Consenso procedimental amplo

Fonte: Datafolha (2026f).

8. INFLUÊNCIAS DECLARADAS, GÊNERO E FORMAÇÃO DO VOTO

O relatório da pesquisa (julho/2026) sobre influência eleitoral mostra que os entrevistados atribuem maior influência a companheiros e imprensa, ambos com 38%, seguidos por amigos e filhos adultos, com 36%, pessoas seguidas nas redes sociais, com 32%, e líderes religiosos, com 23%. Como as perguntas medem influência declarada, elas não capturam efeitos não reconhecidos ou indiretos (DATAFOLHA, 2026d).

Homens declararam mais influência que mulheres em todos os vetores destacados: amigos (40% a 31%), companheiros (40% a 36%), filhos (40% a 33%) e redes sociais (36% a 29%). Isso não permite concluir que mulheres sejam objetivamente menos influenciadas; mostra diferenças na autopercepção e na forma de narrar a autonomia do voto.

A juventude registrava maior permeabilidade declarada à imprensa: 54% entre 16 e 24 anos, além de 44% para amigos e 39% para redes. Líderes religiosos atingiam 28% entre evangélicos e 24% entre católicos, distância pequena diante da clivagem eleitoral entre esses grupos. **A mediação religiosa não pode, portanto, ser reduzida à declaração direta de influência do líder.**

Oito por cento dos votantes do segundo turno de 2022 declararam arrependimento: 9% entre eleitores de Lula e 6% entre eleitores de Bolsonaro. A estabilidade retrospectiva convive com 37% sem candidato espontâneo em 2026. Memória do voto, decisão atual e influência percebida são dimensões distintas da formação política, e devem ser relacionadas com cautela.

Fonte declarada de influência	Total	Homens	Mulheres	Destaque
Amigos	36%	40%	31%	44% entre 16–24 anos
Companheiro(a)	38%	40%	36%	44% no fundamental
Filhos de 16 anos ou mais	36%	40%	33%	Entre quem tem filhos nessa idade
Imprensa/jornalistas	38%	—	—	54% entre 16–24 anos
Redes sociais	32%	36%	29%	39% até 34 anos
Líderes religiosos	23%	—	—	28% evangélicos; 24% católicos

Fonte: Datafolha (2026d).

9. CLIVAGENS CRUZADAS E MUNDO DO TRABALHO

A leitura conjunta das pesquisas revela que renda, escolaridade, ocupação, religião, geração e território organizam diferenças, mas nenhuma variável atua isoladamente. A sustentação de Lula é mais forte entre baixa renda, menor escolaridade, Nordeste, idosos e católicos. A oposição cresce nas rendas intermediárias, no ensino superior, no Sul, entre evangélicos, empresários e assalariados registrados.

Para o **mundo do trabalho**, há uma tensão específica. Cinquenta e seis por cento consideram as leis trabalhistas protetivas e defendem ampliação de direitos, porém 55% avaliam que os sindicatos “servem mais para fazer política” do que para defender trabalhadores. Simultaneamente, os assalariados registrados desaprovavam Lula por 55% a 40%, e Flávio o supera por 46% a 40% nesse grupo no segundo turno.

Os dados não demonstram que a rejeição sindical cause o comportamento eleitoral, nem medem a sindicalização. Eles mostram que a valorização abstrata dos direitos não se transfere automaticamente à organização que historicamente os disputa. Sendo assim, “trabalhador protegido por direitos”, “indivíduo autônomo”, “fiel”, “consumidor” e “empreendedor” podem coexistir como posições de uma única pessoa.

A religião exemplifica a influência da ideologia sobre a política: católicos e evangélicos incluem grandes parcelas populares, mas diferem fortemente na aprovação, no voto e na interpretação das tarifas e das medidas judiciais. A classe social permanece materialmente decisiva, mas em uma dimensão mais abstrata, sua existência política concreta depende das formas organizativas e ideológicas pelas quais é vivida.

Clivagem	Polo mais favorável a Lula	Polo mais crítico	Mediação observada
Renda	Até 2 SM	2–10 SM	Proteção social e trabalho formal não elimina conservadorismo
Escolaridade	Fundamental	Superior	Informação e posição política não coincidem

Religião	Católicos	Evangélicos	A diferença de cosmovisão e os aparelhos ideológicos influenciam o comportamento político.
Ocupação	Desempregados/aposentados	Empresários/assal. registrados	Assalariamento não gera orientação automática à esquerda e aos sindicatos.
Território	Nordeste	Sul	Região condensa relações sociais diversas

Fonte: elaboração própria com base em Datafolha (2026a-f).

10. SÍNTESE: CORRELAÇÃO POLÍTICA E IDEOLÓGICA DE FORÇAS

Primeiro, liderança eleitoral e hegemonia ideológica não são equivalentes. Lula alcançava 40% no primeiro turno, 48% no segundo e 49% de aprovação, enquanto os grupos explicitamente de esquerda somavam 26% no ICL/Ágora e a esquerda/centro-esquerda alcançava 39% na matriz geral Datafolha. Os indicadores são diferentes, mas apontam uma **coalizão política eleitoral mais ampla que um núcleo ideologicamente homogêneo da esquerda**.

Segundo, **a direita possui força social relevante, sem unidade doutrinária completa**. A matriz geral a coloca em 44%, impulsionada pelo comportamento; o ICL atribui 30% à Direita de Ordem e apenas 4% à Direita Liberal. Autoridade, punição e anticorrupção têm maior extensão que o liberalismo econômico coerente. **O aspecto que chama mais atenção neste**

caso é que atual configuração ideológica das bases sociais da direita no Brasil não são de natureza “neoliberal”, mas sobretudo autoritária.

Terceiro, **proteção e ordem formam uma combinação central.** Posicionamentos de esquerda em temas econômicos é majoritário e somam 45%, em alguns itens são extremamente majoritários, como os 71% que atribuem ao governo o investimento e os 56% favoráveis à ampliação de direitos. As posições econômicas atribuídas à esquerda tem grande força social, porém convive com uma maioria que defende ações punitivas em temas de segurança e desconfiança dos sindicatos..

Quarto, **a polarização estrutura, mas não esgota os juízos individuais.** Ela aparece na eleição, no tarifaço e nas questões sobre Bolsonaro; contudo, maiorias transversais apoiam negociação externa, prisão domiciliar humanitária e restrição de redes, enquanto rejeitam uma decisão específica de Moraes. A conjuntura é polarizada e, ao mesmo tempo, seletiva em relação aos temas.

A hipótese consolidada nesta análise **é que a disputa de 2026 ocorre sobre uma base ideológica desigual:** o campo de Lula dispõe de liderança e tem em temas relacionados à proteção social e desenvolvimento uma maioria na sociedade, mas enfrenta avaliação governamental negativa e dificuldades entre assalariados formais, segmentos intermediários e evangélicos; a direita dispõe de valores de ordem e punição disseminados socialmente, mas enfrenta rejeição elevada de sua principal candidatura e não conseguem adesão à sua agenda econômica liberal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas não descrevem uma sociedade dividida em dois blocos coerentes. Elas mostram uma conjuntura atravessada por contradições: aprovação pessoal sem avaliação positiva; defesa de direitos trabalhistas sem confiança sindical; ação estatal combinada com desejo de autonomia pessoal; proteção social junto a punitivismo; percepção de ingerência externa dos EUA acompanhada de cobrança de mais atitude do Governo Federal. A precisão analítica consiste em conservar essas relações, não em resolvê-las por antecipação.

A Análise de Conjuntura Crítica permite evitar dois reducionismos. Contra o economicismo, a posição social não determina mecanicamente voto ou consciência. Contra o idealismo, valores não flutuam fora das condições materiais e dos aparelhos que organizam práticas, pertencimentos e linguagens. A conjuntura é a unidade sobredeterminada dessas relações, condensada provisoriamente em avaliações, identidades e escolhas.

Os resultados delimitam tendências momentâneas, não destinos. A vantagem de Lula, a extensão da direita comportamental e o peso das combinações contraditórias podem deslocar-se. Novas rodadas de pesquisas serão necessárias para distinguir estabilidade de oscilação e para verificar se acontecimentos posteriores reorganizam as problemáticas pelas quais os sujeitos interpretam suas experiências.

NOTA

[1] *Cluster* é um agrupamento estatístico construído pela identificação de padrões semelhantes nas respostas dos participantes. A pesquisa ICL/Ágora, com base em mais de cem variáveis de opinião, identificou seis “comunidades de sentido”:

- **Direita de Ordem e Autoridade (30%):** prioriza segurança, disciplina social, combate à corrupção e autoridade; apresenta forte desconfiança em relação ao governo Lula e votou majoritariamente em Bolsonaro.
- **Direita Liberal Crítica (4%):** defende liberdade econômica, redução do Estado e responsabilidade individual; é crítica ao governo, mas combina liberalismo econômico com conservadorismo moderado, sem integrar necessariamente o núcleo bolsonarista.
- **Centro em Dúvida e Contradição (26%):** reúne posições oscilantes, que combinam demandas por segurança com expectativas de políticas públicas; não possui identidade ideológica consolidada e inclui moderados, críticos, indecisos e eleitores frustrados.
- **Populares por Proteção e Ordem (13%):** associa a defesa de programas sociais, emprego e presença protetora do Estado a valores

conservadores de ordem, disciplina e controle da criminalidade; pode alternar eleitoralmente entre Lula e Bolsonaro.

- **Esquerda Urbana Progressista (15%):** caracteriza-se pela defesa de direitos humanos, diversidade, inovação e políticas públicas estruturantes; concentra pessoas de maior escolaridade, renda média ou alta e forte apoio ao governo.
- **Esquerda Popular Solidária (11%):** valoriza políticas públicas de saúde, educação e assistência, além do cuidado, da solidariedade e da inclusão; possui forte presença feminina e entre pessoas de menor renda e apoia consistentemente o governo.

Os clusters não representam classes sociais, grupos demográficos ou eleitorados fixos. São construções analíticas que agrupam pessoas com combinações semelhantes de valores e opiniões. Os percentuais podem não totalizar 100% em razão de arredondamentos.

REFERÊNCIAS

DATAFOLHA. Avaliação do governo Lula: julho de 2026. São Paulo: Instituto Datafolha, 24 jul. 2026a. 27 p. Pesquisa realizada em 22 e 23 jul. 2026. Registro TSE BR-01166/2026.

DATAFOLHA. Perfil ideológico: junho de 2026. São Paulo: Instituto Datafolha, jun. 2026b. Pesquisa realizada em 17 e 18 jun. 2026. Registro TSE BR-09956/2026.

DATAFOLHA. Intenção de voto para presidente: julho de 2026. São Paulo: Instituto Datafolha, jul. 2026c. Pesquisa realizada em 22 e 23 jul. 2026. Registro TSE BR-01166/2026.

DATAFOLHA. Influências sobre o voto e arrependimento eleitoral: julho de 2026. São Paulo: Instituto Datafolha, jul. 2026d. Pesquisa realizada em 22 e 23 jul. 2026. Registro TSE BR-01166/2026.

DATAFOLHA. Prisão domiciliar de Jair Bolsonaro: julho de 2026. São Paulo: Instituto Datafolha, 27 jul. 2026e. Pesquisa realizada em 22 e 23 jul. 2026. Registro TSE BR-01166/2026.



DATAFOLHA. Taxação dos EUA sobre o Brasil: julho de 2026. São Paulo: Instituto Datafolha, 24 jul. 2026f. Pesquisa realizada em 22 e 23 jul. 2026. Registro TSE BR-01166/2026.

INSTITUTO CONHECIMENTO LIBERTA; ÁGORA CONSULTORES. A verdade sobre o que pensam os brasileiros: pesquisa de opinião pública — Brasil, novembro de 2025. [S. l.]: ICL; Ágora Consultores, 2025. 9.497 casos.